

PEDRO DE ALMEIDA PEREIRA

O RESPEITO À INDIVIDUALIDADE E A BUSCA DA
AUTONOMIA: UMA OPÇÃO METODOLÓGICA

CAMPINAS, DEZEMBRO DE 1991



1290002312

PEDRO DE ALMEIDA PEREIRA

Monografia apresentada como re-
quisito acadêmico do Curso de Es-
pecialização em Educação Física
Escolar da Faculdade de Educação
Física da Universidade Estadual
de Campinas, sob a orientação da
Profª Silvana Venâncio Freire.

Campinas, Dezembro de 1991

AGRADECIMENTOS

- Aos meus pais Vicente e Maria, por tornarem possível meus estudos ...
- À Profª Silvana Venâncio Freire, que com sua competência orientou-me para a realização deste trabalho.
- Ao Prof. Dr. João Batista Freire da Silva, pelo incentivo, apoio e amizade.
- Ao Prof. Francisco Martins da Silva, pelo apoio e colaboração para a realização deste trabalho.
- Ao Prof. José Adolfo Carniato, pelo apoio oferecido para a realização deste trabalho.
- A Antonio Gomes Filho, pelo amizade e apoio.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	01
I - A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	03
1. Relação Educação Física X Sociedade	03
2. Educação Física X Escola	04
3. Educação Física Enquanto Disciplina Curricular	05
II - ALGUMAS INQUIETAÇÕES	07
III - RESOLUÇÃO DE PROBLEMA: uma saída metodológica	10
IV - A MORAL: DA HETERONOMIA A AUTONOMIA	15
V - O JOGO COM REGRA: um caminho para a socialização	20
1. Atividades do Professor	22
CONCLUSÃO	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27

INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como objetivo indicar, através de um estudo teórico, algumas saídas metodológicas que favoreçam o desenvolvimento da autonomia moral do aluno.

O presente trabalho foi estruturado em cinco capítulos, que passaremos agora a relatá-los.

O primeiro capítulo, "A Educação Física Escolar", discutimos a questão da Educação Física.

✓ A Educação Física enquanto prática educativa que deverá exercer uma ação pedagógica coerente e comprometedora com a globalidade das situações humanas. Estas ações serão mais significativas quanto mais estabelecerem contradições e favorecerem a liberdade. Só assim acreditamos que a consciência de manifestará e levará o homem a ponderar sua existência.

O segundo capítulo, "Algumas Inquietações", mostra as dúvidas do autor com as aulas de Educação Física que não respeitam a individualidade, a dinâmica dos movimentos, a expressão crítica do aluno enquanto sujeito de suas idéias e ações.

Quanto ao terceiro capítulo, "Resolução de Problemas: uma saída metodológica", além de sua identidade com o tema desenvolvido, possui uma abordagem centrada no aluno, levando-o a vivenciar e resolver o problema corporalmente.

Neste estilo, uma atividade aparentemente simples, pode sofrer variações as mais diversas, com graus de complexidade crescente. Para estar em presença de um problema verdadeiro e suficientemente vasto para englobar todo o objetivo.

O quarto capítulo, "A moral: da heteronomia à autonomia", mostra as condições, nas quais a criança poderá desenvolver a heteronomia ou autonomia.

No contrutivismo os valores morais são constituídos por um processo de construção a partir das relações sujeito-mundo.

Como meio para se construir essas realidades morais (heteronomia e autonomia) é necessário uma disciplina normativa (Regra), o que pressupõe que os indivíduos se relacionem uns com os outros.

O quinto capítulo, "O jogo com Regra: um estudo para a socialização".

Aqui, o jogo com regras é entendido como um meio de desenvolvimento social. Através dele, a criança vai aprendendo a colocar-se na perspectiva do outro.

O jogo como regra se inicia quando a criança começa a compreender certos conceitos sociais de cooperação e competição, trabalhando e pensando mais objetivamente.

I - A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

1. Relação Educação Física X Sociedade

A Educação Física exercerá um papel relevante no funcionamento da sociedade quando pensarmos nela como elemento educativo que exerça uma ação pedagógica coerente e comprometida com a globalidade das situações humanas.

Um dos aspectos aos quais a Educação Física não pode mais fechar os olhos é a complexidade e subjetividade do ser humano e da sociedade. Não podemos cuidar apenas do aspecto físico do homem. É preciso deixar de lado o naturalismo do qual a Educação Física é herdeira. O problema humano é complexo e não podemos tratá-lo de maneira simplista como vimos fazendo. O homem vive, sente, percebe, interioriza suas ações. As ações serão mais significativas quanto mais puderem criar contradições, conflitos. Este é um ponto fundamental que a Educação Física tem que levar em conta em suas práticas pedagógicas.

Um outro item a ser abordado é a liberdade como condição a ser proposta no trabalho de Educação Física. Por que liberdade? A liberdade é necessária até para expressar a servidão. Porém, qualquer que seja a expressão, ela será motora. Pois que, mesmo a pessoa não livre, precisará de, pela motricidade, ser livre para expressar essa falta de liberdade. Na prática da atividade motora, essa liberdade só poderá crescer pela consciência corporal. As pessoas têm o direito de saber o que estão fazendo.

A consciência dessas manifestações levará o homem a ponderar sua existência, não apenas em relação a si próprio, nas suas relações com os outros homens, na sociedade em que vive. Nessa perspectiva acredito se possível que o homem opte pelos sentimentos e idéias, de alegrias, de carinho e felicidade. Por falar em felicidade, nunca vi uma pessoa feliz desejar mal ao próximo, pelo contrário, deseja ter mais pessoas felizes ao seu lado, a partir daí, acolher e solidarizar-se com o outro.

2. Educação Física X Escola

A Educação Física na escola diferencia-se das demais disciplinas no que se refere à atividade corporal. Enquanto as demais disciplinas ocupa o tempo da crianças quase que exclusivamente com atividades intelectuais, a tônica das atividades da Educação Física é a motricidade.

É na dinâmica da prática corporal que está a essência da Educação Física. Ao lançar mão do movimento corporal nas práticas pedagógicas, mobiliza no aluno, com mais chance que as demais disciplinas, a totalidade da pessoa humana, isto é, o conjunto integrado pela motricidade, cognição, afetividade, etc.

Movimentar-se, e mais, movimentar-se livremente, podendo ser consciente do que está fazendo, pode fazer com que a criança se torne mais sensível para aprendizagem. A sensibilidade, se for indispensável à aprendizagem, pode estar em grande falta na sala de aula. Pessoas prisioneiras de livros e cadeiras talvez não consigam ser sensíveis ao conhecimento.

Principalmente no período de escola, é fundamental desenvolver as habilidades motoras. É fator de liberdade. Uma criança que não desenvolva as habilidades motoras pode, e isto é frequente, ser rejeitada pelo grupo. É direito da criança participar dos brinquedos, dos grupos infantis, das competições. A falta de habilidade pode vir a ser fator de má integração no grupo social.

3. Educação Física enquanto disciplina curricular

Qualquer disciplina escolar deve integrar um conjunto de conteúdos a ser ensinado aos alunos. Assim ocorre com a matemática, com o português, com a geografia e as demais. E a Educação Física, o que ensina? O que deve ensinar a Educação Física na primeira, na segunda ou na terceira série, ainda é um mistério. Essa dúvida quanto aos conteúdos que persiste na Educação Física é um dos maiores problemas da Educação Física na escola enquanto disciplina. Portanto, seria fundamental a definição desses conteúdos.

Por outro lado, não se pode dizer que o ensino nas outras disciplinas seja um grande sucesso. As crianças aprendem muito pouco em todas elas. Talvez por questões da filosofia do ensino, talvez por questões de metodologia e outras. A Educação Física, por ter estado fora do processo de ensino escolar, pode ter pecado por omissão, mas não por não ter ensinado bem. Quem sabe venha ainda a ser um recurso pedagógico importante na escola?

Quanto a interdisciplinaridade, creio ser mais importante neste instante melhorar a Educação Física, definir seus conteú-

dos, melhorar sua eficácia para, em seguida, procurar integrá-la num processo de interdisciplinaridade. O que não poderia dispensar um bom conhecimento das demais disciplinas. A Educação Física não pode servir de moleta das outras disciplinas.

II - ALGUMAS INQUIETAÇÕES

Aulas ministradas a partir de conteúdos estabelecidos, sem levar em consideração a individualidade, a permissão para uma possível modificação no como e no quanto fazer, associada a uma série de ordens em que ao aluno cabe apenas a obediência e a execução. São os pontos a partir dos quais comecei a refletir e me perguntar a respeito de que objetivo teria um professor administrando uma aula com esta postura.

A não consideração à individualidade contradiz-se com a identificação de senso comum de que não existe qualquer que seja pessoa igual a outra; o que pressupõe a necessidade e importância de uma compreensão diferenciada.

Como diz Silvino Santini *"poucos se veem ou pensam como corpo, mas apenas como possuidores de corpo"*.⁽¹⁾ Possuidores de um corpo são os alunos que entregam ao professor o direito de lhes comandar, castrando muito de suas sensibilidades, percepção, e consciência do que adquiriram ao longo de suas vida como resultado de atividades vivenciadas na rua e na escola junto com os colegas, quando o professor encontrava-se ausente.

A submissão dos alunos diante das ordens do professor foi me levando a discordar de tal postura (possuidores de um corpo). O reforço à subserviência é inadmissível em qualquer instância e principalmente no contexto escolar.

Uma aula de Educação Física, que parece usar o tempo, espaço e material existente para transformação das pessoas em verdadeiros autômatos exige uma reflexão e transformação rápida e

profunda. A prática de atividades físicas compatíveis com as capacidades e grau de habilidades, de inteligência, prazer e respeito mútuo são qualidades fundamentais ao desenvolvimento das pessoas e intrínseco à Educação Física.

Minhas inquietações vão na expectativa de descobrir meios capaz de propiciar espaço e condições necessárias à movimentação e expressão do aluno como ser autônomo através das atividades físicas e desportivas.

Nota

- (1) SANTIN, Silvino. Educação Física - Outros Caminhos. Porto Alegre: Est., 1990, P. 7

III - RESOLUÇÃO DE PROBLEMA: uma saída metodológica

Mosston escreveu sobre vários estilos de ensino⁽¹⁾. Pela identidade com o tema aqui desenvolvido, optamos pelo *"Estilo de Ensino Baseado na Resolução de Problemas, porque este tem uma abordagem centrado no aluno"*.

O estilo de resolução de problema lança o aluno na condição de que, após proposta a atividade, ele encontre respostas de acordo com suas condições físicas e psíquicas. Neste estilo *"o aluno é colocado no centro processo educativo"*.⁽²⁾ É o aluno quem formula o problema, procura resposta e tenta descobrir a solução.

A estratégia parte de uma situação inicial podendo ser apresentada pelo professor ou pelos alunos. O importante é que desperte a curiosidade dos alunos.

Uma atividade aparentemente simples pode sofrer variações as mais diversas com grau de complexidade crescente. *"Para que a situação-problema seja eficaz, os alunos devem estar em presença de um problema verdadeiro e suficientemente vasto para englobar todo o objetivo"*.⁽³⁾

O aluno é livre para agir, dispensando a intervenção do professor nos momentos de investigação e execução da atividade. *"Os processos de investigação, exploração, descobrimento e de evolução do valor da descoberta são totalmente conduzidos e executados pelo aluno"*.⁽⁴⁾

O aluno depara-se consigo mesmo, ampliando suas perspectivas e levando-o a considerar o problema a título individual. O aluno é capaz de autoavaliar-se quanto à maneira de execução, se

certo ou errado, dispensando o julgamento idealizado pelo professor ou o comparativo, levando em consideração paralela de um colega.

A prática de atividades físicas através deste estilo leva o aluno a vivenciar e resolver os problemas corporalmente; o distinguindo-se de outras disciplinas em que a ênfase encontra-se apenas no aspecto cognitivo: deixando o corpo imóvel. In Faria Júnior, Hans Aebli afirma que *"se um problema constitui um projeto de ação, ele poderá sempre ser proposto de uma forma prática, isto é, relacionar-se com a satisfação das necessidades vitais e recreativas do homem"*. (5)

O Método de Resolução de Problemas é estruturado em três variáveis, são elas:

Variável nº 1: Decisões prévias à classe.

Nesta o professor relaciona as atividades a serem ministradas e as séries de problemas, levando em conta a individualização do ensino. Aqui o aluno ainda não participa.

Variável nº 2: Decisões sobre execução.

O professor apresenta os problemas à classe. O tipo de comunicação pode ser oral ou escrito, com objetivo de atender ao princípio da individualização. Isto permite que cada participante se exercite conforme seu próprio ritmo e capacidade solucionando em ordem os problemas a resolver. Os alunos escutam ou lêem os problemas e formulam perguntas a respeito. Elegem a área e os equipamentos necessários, de acordo com os problemas selecionados. É necessário certo tempo diferente para cada aluno, para que as primeiras dúvidas sejam tiradas e os alunos estejam preparados

para iniciar. O professor não deve interferir nos momentos iniciais, deixando que o aluno dê o primeiro passo para a resposta individualizada. Aqui o aluno, após resolver e repetir uma resposta segue para procurar nova alternativa.

Variável nº 3 Decisões sobre avaliação.

A avaliação se dá no processo. É feita de forma individualizada (auto-avaliação). O professor se atém à solução encontrada pelo aluno que está realizando o processo. A segunda é a condição em que o aluno tem liberdade para discordar e se contrapor aos comentários feitos pelo professor. A relação professor-aluno é muito importante, levando a uma maior aproximação e melhor compreensão dos alunos, tornando motivante e fortalecendo os laços entre eles.

Todos os problemas apresentados aos alunos devem ser relevantes. Mosston apresenta *"três tipos de relevância:*

- 1 - problemas relevantes para a matéria*
- 2 - problemas relevantes para a preparação e experiência do grupo*
- 3 - problemas relevantes para a preparação e experiência do indivíduo". (6)*

é necessário conhecer a atividade e o estilo para poder aplicar em uma aula de Educação Física para que o aluno possa desenvolver os problemas adequadamente.

Os problemas devem levar em consideração as experiências, disposição e vontade do aluno como pessoa. Dá-se importância ao aspecto emocional.

"O trabalho mental, a elaboração, mobilização da aprendizagem anteriores na solução de um problema pode ser considerada como o coroamento, o ponto culminante e a síntese das funções psicológicas. Sob a influência diretora, seletiva e extimulante de um problema, o indivíduo explora seus conhecimentos, suas capacidades psicomotoras, percepções, conceitos e compreensões, buscando sair de uma dificuldade. (7)

A resolução de problema capacita o aluno para tarefas, as quais sob enfoque dos outros estilos não propiciariam tal estrutura.

Notas

- (1) MOSSTON, Muska. La Enseñanza de La Educacion Fisica - Del Comando al Descubrimiento. Buenos Aires: Paidos, 1978, p. 194.
- (2) FARIA JÚNIOR, A.G. de; CORRÊA, E. da; BRESSANE, R. da S. Prática de Ensino em Educação Física. Rio de Janeiro: Interamericana, 1982, p. 60.
- (3) FARIA JÚNIOR, op. cit., p. 60.
- (4) MOSSTON, op. cit., p. 194.
- (5) FARIA JÚNIOR, op. cit., p. 61.
- (6) MOSSTON, op. cit., p. 200.
- (7) FARIA JÚNIOR, op. cit., p. 62.

Obs: Todas as citações do livro "La Enseñanza de La Educacion Fisica - Del Comando al Descubrimiento foram traduzidos para português.

IV - A MORAL: da heteronomia a autonomia

Ao nascer, a criança necessita de uma série de cuidados. Para se alimentar, tomar banho, se trocar, entre outras coisas, ela precisa da ajuda dos pais. A falta de estrutura para essa auto-organização deve ser entendida aqui como uma dependência da criança em relação ao adulto, pois ela quando vem ao mundo suas estruturas biológicas ainda não estão prontas (alimentação, higiene etc) precisam ser garantidas por uma outra pessoa, que na maioria das vezes são os pais e, mais especificamente, a mãe. Para Constance Kamii: *"todos os bebês nascem desprotegidos e heterônomos"*. (1)

Por outro lado, o controle, as normas e regras impostas reforçam a omissão, a obediência, a dependência e a subordinação, que compromete o desenvolvimento moral da criança.

Enquanto no empirismo acredita-se que a criança tem os valores morais interiorizados a partir do meio ambiente, no construtivismo esses valores são um processo de construção a partir das relações sujeito-mundo. É dentro dessa última concepção que acreditamos poder desenvolver a autonomia.

Piaget acredita que o desenvolvimento moral também é um processo de construção interior, (2) porque, sendo o indivíduo psico-biológico temos que levar em conta suas tendências afetivas e sociais. Porém, essas forças inatas, entregues a elas mesmas, permaneceriam anárquicas. Por outro lado, as influências externa ao sujeito, vindas de forma inadequada, não o ajudariam no seu desenvolvimento.

Para que essas realidades morais (heteronomia e autonomia) se construam é necessário uma disciplina normativa (regra). A constituição desta disciplina normativa depende de que os indivíduos se relacionem uns com outros. É através das relações crianças x adulto, crianças x crianças, que se chegará a adquirir consciência da regra e portanto consciência moral.

Através das relações sociais a criança vai aprendendo a respeitar as regras ou normas morais. Anália Rodrigues de Farias⁽³⁾ destacou duas: *as relações sociais coercitivas e as relações sociais cooperativas*.

As relações sociais coercitivas, recebem um tratamento em que atitudes hierárquicas prevalecem, onde as regras e normas são decididas e impostas pelos adultos às crianças. A moral proveniente deste tipo de relação é heterônoma, ou seja, significa ser governado por outrem. Impedido de criar suas normas em colaboração com o meio ambiente, a criança incorpora as normas dos pais ou as da sociedade.

As relações sociais cooperativas surgem no interior do indivíduo através de um desejo de cooperar com as idéias e sentimentos entre iguais. Tem como característica básica a igualdade e o respeito mútuo. A moral procedente deste tipo de relacionamento é autônoma, ou seja, significa ser governada por si própria. Aqui os indivíduos são levados a se relacionar com os outros sem desconsiderar as opiniões do sujeito ou do outro.

Sendo a moral um processo de construção, para percebermos e tentarmos compreender como esta vai se desenvolvendo, partimos da nossa história de vida, projetando nossos pensamentos em dire-

ção às fases vividas anteriormente. Lembrando-as, veremos que nessa retrospectiva, em algum momento, de uma forma ou de outra fomos impedidos de falar, de nos movimentar. Assim, diante de um problema, por exemplo: a criança quer brincar e o adulto não deixa, esta procura indagar o adulto sobre o porquê de não deixá-la brincar, ou outra coisa qualquer. A resposta nem sempre é dada a contento. A razão prática prevalecia. Resume-se num simples, - porque não!

Esse autoritarismo traz consigo outros adjetivos e implicações. Nesse caso ele vem com uma afirmação sem explicação, sanção expiatória*. Argumentos lançados pelos mais velhos, quando incorporados pela criança, transformam-se em uma espécie de fantasma, de algo não entendido que a desnorteia, provocando medo, espanto.

A ausência de espaço para que a criança possa questionar, agir e assumir posições passa a minar a capacidade da criança de se projetar e firmar-se como sujeito de suas idéias e ações.

Embora a expressão verbal e a possibilidade de movimentar-se fossem contidas pelas imposições externas, no corpo, os desejos e pensamentos passam a borbulhar numa busca inquietante para realizar-se. Diante dessas circunstâncias a insegurança vai tomando conta do menor e deixando-o cada vez mais vulnerável às determinações externas. Essa relação é unilateral, porque implica numa desigualdade de relação (alguém impõe e alguém obedece).

As relações sociais por reciprocidade, caminham para relações de cooperação (necessidade interior de cooperar). Kammii C. e R. Devries⁽⁴⁾ nos diz:

que o indivíduo sente a "necessidade interior de ser leal, porque a deslealdade destrói a confiança mútua. Sua lealdade é motivada pela coação e não pelo desejo de ser aprovado pelos outros, mas antes pela convicção interna que esta cooperação é boa, desejável e satisfatória em si. Ela realmente acredita que seu próprio interesse é melhor satisfeito pelas relações sociais cooperativas".

Reafirmando que a moral é um processo de construção, sair de uma moral heterônoma para uma autonôma não é fácil, e mesmo a criança tendo essa disponibilidade, o meio precisa propiciar algumas condições.

O adulto no lugar de impor a sua opinião, como no exemplo já citado, ao dizer: - não, porque não! deveria explicar o porquê do não, de forma lógica e coerente. Exemplo: você não vai brincar lá fora porque está chovendo e você está gripado, mais pode brincar aqui em casa. Com esta atitude do adulto, o seu poder será reduzido e a criança compreenderá a exigência. Assim o adulto está criando um ambiente de reciprocidade entre ele e a criança, e possibilitando à criança a escolha, construindo para si mesma suas regras morais.

Uma das formas possíveis que a criança tem para desenvolver sua autonomia é através de jogos com regras.

Notas

- (1) KAMII, C. A Criança e o Número. São Paulo: Papirus, 1984, p. 106.
- (2) -----, DEVRIES, Rheta. Piaget para a Educação Pré-Escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991, p. 28.
- (3) FARIA, A. R. de. O Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Segundo Piaget. São Paulo: Ática, 1989, pp. 119-120.
- * sanção espiatória é o caráter de arbitrariedade, "isto é, de não haver nenhuma relação entre o conteúdo da sanção e a natureza do ato sancionado. Pouco importa que para punir uma mentira se infrinja ao culpado um castigo corporal ou que o privemos de seus brinquedos, ou que o condenemos a uma tarefa escolar: a única coisa necessária é que haja proporcionalidade entre o sofrimento imposto e a gravidade da falta". FARIA, A. R. de., 1989, P. 132.
- (4) -----, DEVRIES, op cit., p. 29.

V - O JOGO COM REGRA: um caminho para a socialização

Segundo Winnicott⁽¹⁾ *"o jogo com regras é o meio de desenvolvimento social"*.

A característica social do jogo com regras é que através dele a criança vai aprendendo a colocar-se na perspectiva do outro.

No geral, o jogo com regras é caracterizado como uma forma de comportamento social e definido como uma atividade interacional de natureza cooperativa ou competitiva, envolvendo um ou mais jogadores que jogam sob um conjunto de regras, as quais definem o conteúdo do jogo. Os jogos são caracterizado por regras que determinam o papel que as habilidades e a sorte terão como elementos do jogo.

É de se esperar que o jogo esteja intimamente relacionado às diversas fases do desenvolvimento da criança, uma vez que este se amplia com crescente conhecimento da criança sobre si mesma, num mundo físico e social, bem como as formas e sistemas de comunicação que ela estabelece com o outro.

Piaget⁽²⁾ classifica o jogo em três estágios de desenvolvimento. São eles: *estágio sensório-motor*, *o simbólico*, e *o estágio do jogo com regras*, situando-se este último no início dos anos escolares (1ª fase do 1º grau).

Anália Rodrigues de Farias⁽³⁾ nos diz:

"a criança constrói regras quando controla seu relacionamento com o outro, sai de si para colocar-se no ponto de vista das idéias e dos sentimentos dos parceiros (re-

ciprocidade). Quando faz seus lances num jogo, pode prever os lances do outro, quando age, evita lesar, porque não pretende ser lesada e assim por diante".

Para Piaget⁽⁴⁾, o jogo com regras se inicia quando a criança começa a compreender certos conceitos sociais de cooperação e competição, trabalhando e pensando mais objetivamente. O jogo com regras reflete essa mudança, quando a criança se volta para atividades lúdicas que estão estruturadas com base em regras objetivas e que podem implicar a atuação em equipe. Este seria o terceiro e amadurecido estágio do jogo, atribuindo-se seu aparecimento nesta época (mais ou menos sete anos), então, às capacidades que vão surgindo na criança de projetar-se e levar a cabo seqüências cada vez mais prolongadas de atividades, animadas por propósitos, para exercer auto-controle e submeterem-se voluntariamente a restrições e convenções.

Jogos submetidos a regras tem uma história natural que começa com as primeiras experiências do mundo social. A criança precisa de ajuda por parte dos demais a fim de descobrir o prazer que pode obter de atividades subordinadas às regras ou normas, ou seja, opiniões compartilhadas minimizam os atritos nos jogos.

Aproximadamente, o período situado entre os sete a doze anos, se caracteriza pelo declínio evidente do simbolismo,⁽⁵⁾ quando se abandona o jogo egocêntrico, próprio das crianças menores em proveito da aplicação efetiva das regras e do espírito de cooperação entre os jogadores.

O jogo com regras pode ter o mesmo conteúdo de jogos precedentes, mas apresenta um elemento novo, a regra, uma regularidade imposta pelo grupo, cuja violação representa falta.

Neste momento arriscamos algumas conclusões:

- a tensão, o prazer do jogo derivam, em parte, das regras, que motivam o jogador e ou a equipe a sobrepujar os limites de sua potencialidade.
- o jogo apresenta um equilíbrio sutil entre a assimilação ao eu (princípio de todo o jogo) e a vida social.
- a satisfação de jogar, tornada legítima pelo próprio código do jogo, que insere a competição numa disciplina coletiva e moral.
- que o jogo com regras, garante a necessidade do homem de ter ludicidade com as exigências da reciprocidade social.

1. Atitudes do Professor

Vayer (6) nos diz:

"o papel do adulto é de ajustar às circunstâncias e em particular a diferentes personagens cujo conjunto constitui o grupo. é ele que vai favorecer as interações criança-meio, seja através das atividades ou dos projetos provenientes da sua experiência, seja através das atividades cuja iniciativa partiu da crianças ou do grupo".

O professor criará estratégias, condições, material, ambiente, situações desafiadoras para que as crianças possam exercer sua ação, seu desenvolvimento, sua aprendizagem.

O professor é então o mediador, aquele que faz com que as relações e as estratégias desenvolvidas por um ou outro lado sejam evolutivas, uma evolução que conduza a um aumento de informação e uma organização social cada vez mais funcional e autônoma em relação a ele e em relação a cada criança consigo mesma.

Para tal, esse adulto (professor) tem como função e obrigação:

- facilitar as interações e interrelações da criança com seu mundo.
- criar um ambiente educativo que possa constituir estímulo às atividades e desafio para seu desenvolvimento autônomo e a cooperação social.
- encorajar a criança a ser independente e curiosa, a tomar iniciativa, a ter confiança na sua capacidade de construir a sua própria idéia das coisas, exprimi-las com convicção, acabar com seus medos e angústias de forma construtiva.
- escutar a criança antes de propor algo.
- reforçar o interesse dela.
- aceitar o diálogo.
- reconhecer a criança em todas as suas manifestações de pequeno que é.
- esforçar-se por compreender a ação que a criança está fazendo.
- reconhecer os limites da criança.
- criar um ambiente e situações que a criança possa se descobrir como indivíduo particular através de uma contínua comparação, discussão com os seus pares.
- não ter julgamento, antes que as situações estejam claras para o professor e para a criança.

Notas

- (1) VAYER, Pierre e MATTOS, Maria da P. Mil Homens. Diálogo com as crianças na Creche e no Jardim de Infância. Porto Alegre; Manole, 1990, p. 35.
- (2) PIAGET, J. A Formação do Símbolo na Criança. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.
- (3) FARIA, A. R. de. O Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Segundo Piaget. São Paulo: Atica, 1989, p. 111.
- (4) PIAGET, op. cit., passim.
- (5) PIAGET, op. cit., passim.
- (6) VAYER, op. cit., p. 27.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como finalidade um aprofundamento teórico na busca de um melhor entendimento dos fatores relacionados com a formação da autonomia.

Acreditamos com este estudo poder levar os profissionais de Educação Física a refletirem e a considerarem (de maneira específica) o desenvolvimento global do educando.

Como conclusão deste estudo verificamos:

- Que os jogos com regras, através de uma metodologia de resolução de problemas, envolvam seus participantes e que esta metodologia possa constituir um eficiente processo para a autonomia moral do aluno.
- Que, considerando as fases do desenvolvimento moral, a criança possa participar da estruturação e desenvolvimento das regras do jogo para que assim, ela paulatinamente venha a ter consciência de sua ação e das regras envolvidas no jogo.
- Que as regras, independentemente de sua origem (autônomas ou heterônomas), constituam-se em poderoso instrumento de estruturação das relações interpessoais numa equipe e, conseqüentemente na vida social da criança.
- Que, paralelamente, à obediência das regras, encontramos a dificuldade da criança de descentrar-se em busca de uma relação com o outro, comprometendo o estágio de cooperação, o qual é necessário para nos relacionar-mos socialmente.

- Que o professor não siga um modelo muito estruturado de aula para que o aluno encontre por si mesmo a resposta de acordo com a sua possibilidade no momento.

- Que o problema colocado em aula seja viável para que possa ter muitas respostas.

- Que os problemas colocados em aula sigam uma ordem de complexidade para provocar nos alunos um maior número de operações cognitivas e alimentem a realização de um maior número de respostas físicas.

- Que os alunos possam, através das aulas de Educação Física, ter um processo de investigação, exploração, descobrimento e de evolução do valor da descoberta.

- Que as atividades propostas em aula não devam estar desvinculadas do contato concreto da vida da criança, de sua cultura e de sua sociedade, para que a partir do que ela sabe, dê o passo para uma aprendizagem significativa.

- Que, a partir de aprendizagens significativas a Educação Física venha a "ser uma área de promoção humana. Ser humano é mais que movimentar-se, repito, é estabelecer relações com o mundo de tal maneira que se passe do instintivo ao cultural, da necessidade à liberdade, do fazer compreender, do sensível à consciência" (JBFS p. 147), da heteronomia a autonomia moral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FARIA JÚNIOR, A.G. de; CORRÊA, E. da; BRESSAME, R. da S. Prática de Ensino em Educação Física. Rio de Janeiro: Interamericana, 1982.
- KAMII, C. A Criança e o Número. São Paulo: Papirus, 1984.
- , Deveres, Rhota. Piaget Para a Educação Pré-Escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- MOSSTON, Muska. La Enseñanza de La Educación Física - Del Comando ao Descobrimento. Buenos Aires: Paidós, 1978.
- PIAGET, Jean. A Formação do Símbolo na Criança. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.
- SANTIM, Silvino. Educação Física Outros Caminhos. Porto Alegre: Est. 1990.
- VAYER, Pierre e MATOS, M. ou P. de. Diálogo com Crianças na Creche e no Jardim de Infância. Porto Alegre: Manole, 1990.